

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a “*Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo*”, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Ronaldo Nogueira - Ministro do Trabalho
- Sra. Raquel Dodge – Procuradora Geral da República
- Ministro do TST
- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
- Organização Internacional do Trabalho – OIT

### **Justificação**

Hoje, quatro elementos podem definir a escravidão contemporânea: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes – trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a vida do trabalhador - ou jornada exaustiva, que pode levar o trabalhador ao completo esgotamento dada a intensidade da exploração, colocando em risco a saúde e a vida da pessoa.

A referida Audiência tem por objetivo analisar os instrumentos existentes e a eficácia das políticas públicas que envolvem o combate ao trabalho escravo, que ora apresentam avanços e conquistas, ora mostram retrocessos na luta contra a escravidão contemporânea brasileira. Pretendemos identificar os aspectos que tem obtido bons resultados para a redução do número de trabalhadores em condições análogas à escravidão os mecanismos existentes para punição dos responsáveis por essas práticas e as causas de eventuais insucessos tanto no processo de fiscalização como no de punição.

Sala das Comissões, de 2017

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**

